



BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

A CORJA! SEMANÁRIO DE CARICATURAS – Fundado e dirigido por **Leal da Câmara**, teve início a 29 de Junho de 1898, uma 4.^a feira. Apresenta-se com 4 páginas, 2 das quais com cor, e ostenta o preço de 10 réis. Não dá qualquer informação sobre o dia da semana em que aparecerá ou o custo da assinatura, o que confere à edição o aspecto de ensaio ou experiência. Os números seguintes saíram ao domingo, pelo que fica implicitamente assumido esse dia da semana como o dia de publicação. Mas de facto essa opção só passa a constar, impressa, muito mais tarde, no n.º 9, quando é anunciado que *A Corja* vai assumir um ritmo bissemanal, saindo todas as quintas-feiras e domingos. É também nesse número que, pela primeira, aparece um texto dirigido aos assinantes, concretamente aos que estavam em dívida. É então referido que «a série de 24 números custa 360 réis», o mesmo preçário praticado pela *Marselheza*, mas não deixa de ser “interessante” que da assinatura resulte um agravamento do preço de capa (da ordem dos 50%, note-se), mesmo considerando as vantagens que lhe estavam associadas e que as despesas de envio corriam por conta da administração d’ *A Corja*. Regressarei a estes aspectos relacionados com a vida comercial da publicação mais à frente. Por agora importa conhecer quem é que Leal da Câmara considerou digno de figurar nas páginas d’ *A Corja*.

A primeira página do primeiro número é dedicada a D. Carlos, cuja face é apresentada como resultado de uma composição de caricaturas de algumas das personalidades de maior visibilidade e peso político: José Luciano de Castro (presidente do conselho), o general Francisco Maria da Cunha (1.º secretário do presidente do conselho), Mariano de Carvalho (ex-ministro progressista e director d’ *O Popular*), a dupla Hintze Ribeiro e João Franco (que governou entre 1893-1897) e José Dias Ferreira (ex-ministro e deputado) marcam o contorno do rosto; o ministro Augusto José da Cunha (ministro) e Augusto Maria Fuschini (ex-ministro) fazem as vezes dos sobrolhos; enquanto José Alpoim (ministro), faz de nariz. A caricatura está acompanhada da legenda «Eis a corja!», vincando assim a natureza provocadora e mordaz do jornal, ao mesmo tempo que esclarecia os leitores sobre aquele que seria o principal centro de interesse da publicação: as instituições da Monarquia constitucional, sobretudo o rei, mas também o governo, os deputados, os conselheiros, os detentores de cargos públicos, numa palavra, os políticos e os que viviam na sua sombra.

O projecto editorial não era isento de riscos, se considerarmos que, desde Fevereiro de 1896, estava vigente uma lei que facilitava a prisão e a deportação daquele «que por discursos ou palavras proferidas publicamente, por escripto de qualquer modo publicado, ou por qualquer outro meio de publicação, defender, applaudir, aconselhar ou provocar, (...) actos subversivos quer da existencia da ordem social, quer da segurança das pessoas ou da



BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

propriedade, e bem assim o que professar doutrinas de anarquismo (...).¹ Mas Leal da Câmara estava decidido a fazer sangue com o seu lápis afiado e a pagar por isso. Foi talvez essa determinação que o levou a abandonar, em Maio de 1898, a redacção do *Marselheza*², a que pertencia desde o primeiro número, e a criar o novo jornal. Para isso, contou com o apoio de mais dois colaboradores da *Marselheza*: **Gomes Leal**³, o poeta satírico, e **Ilydio Analyde da Costa**⁴, o editor. Mas a forte relação entre os dois periódicos revela-se também na presença do mesmo *slogan*, junto ao cabeçalho, que assevera estarmos perante «o jornal de maior circulação... em todo o Governo Civil» – numa denúncia aberta ao ambiente de repressão e censura instalado.

A *Corja* contou ainda com a colaboração do caricaturista **Sebastião Sanhudo**⁵, que animou a secção «Correspondência do Porto», que sobressai pelo seu humor mais ou menos destemperado. Quando este representante da invicta desaparece, o que se verifica a partir no n.º 11, uma nova assinatura passa a marcar presença: a do «**Exquisito**», que redige as crónicas «A olho nú» e algumas quadras. Leal da Câmara assumirá a identidade desse pseudónimo no n.º 16, quando denuncia a última «querella» que a censura lhe movera. Mas no ambiente de coacção em que se vivia, não é de excluir a hipótese de o caricaturista estar, de facto, a defender um colaborador – Gomes Leal?

Um rápido folhear dos 17 números que saíram d' *A Corja* põe a nu a obsessão de Leal da Câmara na figura do monarca, que impiedosamente crítica, menoriza e ridiculariza. Afirmava-se mesmo «carleaturista», mas só o era na medida em que o rei era a instituição que definia o regime. Seria, portanto, mais rigoroso proclamar-se «monarquicaturista», pois o fim último da luta que lhe inspira o lápis é a implantação da República. A publicação nunca se assumirá politicamente, mas não há dúvida de que alinha os seus comentários jocosos e as suas críticas mais violentas pela bitola da imprensa republicana.

¹ Lei de 15 de Fevereiro de 1896, disponível na Hemeroteca Digital nas «Leis de Imprensa».

² Dirigido por João Pinheiro Chagas, publicou-se entre 28/Nov/1897 a 25/Dez/1898.

³ Lisboa, 1848-1921. A sua colaboração com o *Marselha* é anunciada no n.º 2, mas não foi possível confirmá-la nos poucos números existentes na Hemeroteca. N' *A Corja*, Gomes Leal assina o editorial do n.º 1 e uma pequena quadra no n.º 6, mas poderá ser autor de outros textos não assinados ou assinados com o pseudónimo.

⁴ Não há muita informação sobre este personagem, mas é certo que manteve uma relação mais ou menos duradoura com a imprensa, sobretudo humorística, pois fazem parte do seu *curriculum de editor*, além de o *Marselheza* e d' *A Corja*, *A galhofa* (1900, com caricaturas de Diamantino Leite), a *Revista Nova* (1901-2), o *1.º de Novembro* (1902-3) e *O Zé* (1903, com caricaturas de “E. Menezes”). Aparentemente a sua ligação com *A Corja* finda com a edição do n.º 6, em 17 de Agosto de 1898. O editor do n.º seguinte (7.º) é António Duarte da Silva, de quem não se encontrou nenhuma informação – será um pseudónimo?

⁵ Ponte de Lima, 1851-1901; à data era director de *O sorvete*, que se publicou no Porto entre 1878 e 1900, com interrupção entre 1888-98, o que faz da publicação uma das duradouras.



BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

Nos primeiros números *A Corja* dedicou, também, grande atenção a uma temática internacional: a guerra hispano-americana, em face da qual o país assumira uma neutralidade oficialmente decretada a 29 de Abril de 1898. A primeira página do segundo número de *A Corja* representa o «nosso Senhor encravado» perante dois apelos de sentido contrário que lhe são dirigidos pela «padralhada» americana e espanhola. Mas, no número seguinte, o mesmo lápis parece compadecer-se com uma «Pobre Espanha!», que representa crucificada por Sagasta, chefe do governo espanhol, e que morre «como Jesus, as mãos da villanagem»: a Inglaterra e a América. O tema continuará a ser explorado, dando mesmo azo à reprodução de caricaturas publicadas na imprensa estrangeira, nomeadamente no jornal alemão *Lustige Blatter* (n.º 5), no jornal americano *The New York Herald* (n.º 10) e da autoria do caricaturista espanhol Xandaró (n.º 13) –, num cosmopolitismo que não pode deixar de traduzir o interesse com que foi acompanhado em Portugal.

De facto, a generalidade da imprensa da oposição (republicana e monárquica) tratou insistentemente do conflito hispano-americano, despoletado pelas ambições independentistas de Cuba, que os americanos apoiaram. Provavelmente, porque se prestava a caldear a contestação ao governo progressista de Luciano de Castro, que acusavam de estar a negociar a alienação de Lourenço Marques com a Inglaterra. A matéria foi a chave de ignição de um nacionalismo crescente, insuflado por porta-vozes eloquentes e formas de expressão pública arrebatadoras, desde o artigo de jornal ao comício. O dramatismo atingiu um dos seus momentos de maior tensão com o episódio da demissão de Mouzinho de Albuquerque das suas funções de comissário régio em Moçambique – na sequência da promulgação, a 7 de Julho de 1898, de um decreto que diminuía consideravelmente os privilégios que assistiam ao cargo. *A Corja* dedicou-lhe ampla visibilidade. No quarto número, por exemplo, Leal da Câmara desenhou D. Carlos, no meio do campo, a cortar com a espada o caule de uma papoila que ostenta a cabeça de Mouzinho; vê-se também Luciano de Castro, chefe do governo progressista no poder, a dar corda ao rei, que, sugestivamente, está calçado com patins. Já a legenda que acompanha a sátira gráfica deixa a sugestão maliciosa de que a acção é condicionada pela intriga: «"Tarquinio" cortando a mais alta papoila para que ella não faça sombra as mais baixas».

Outra temática recorrente é a da repressão da imprensa, a censura, da qual *A Corja* foi vítima de eleição desde o primeiro número até ao último. Essa perseguição condicionou fortemente a vida da publicação. Com a apreensão de algumas edições vieram as dificuldades financeiras e a impossibilidade de satisfazer os compromissos assumidos por via das assinaturas. Acabará mesmo por determinar o fim precoce do jornal, na sequência do exílio de Leal da Câmara em Madrid, em Outubro de 1898.



BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

No tempo de vida de *A Corja*, o primeiro episódio do braço de ferro entre a veia caustica de Leal da Câmara e a máquina repressiva, dirigida pelo célebre Juiz Veiga, ocorre em Julho, afectando a publicação do n.º 5, que saiu com uma semana de atraso. Leal da Câmara assinalará o regresso d' *A Corja* com a publicação, na última página, de um relato gráfico das peripécias por que passou, denunciando também a coacção a que estava a ser sujeito Mariano de Carvalho, então director d' *O Popula*⁶. Audácias que têm por consequência nova interrupção d' *A Corja*, agora por duas semanas. Mas o lápis de Leal da Câmara não quebrou, pelo contrário, regressou ainda mais afiado e temerário. Na primeira página apresenta um D. Carlos balofo, saltitante de felicidade, com a cabeça coroada com um chapéu à Mazzantini, leque na mão e charuto na boca. E no editorial, publicado na segunda página, é desmascarada, mais uma vez, a arbitrariedade enfrentada pelo director d' *A Corja*. Desta vez, a acção da censura não fora directa: incidira sobre os proprietários das oficinas litográficas que, ameaçados, se recusaram a imprimir o jornal durante duas semanas. A impressão do sexto número foi, assim, realizada na «Tipografia Moderna», obrigando ao uso de técnicas mais dispendiosa (zincogravura e fotogravura) para a reprodução dos desenhos⁷.

O número seguinte, o sétimo, já foi realizado na «Lithographia Artística», onde *A Corja* se vai fixar até desaparecer definitivamente, somava então 17 números⁸. Registe-se também uma alteração de editor, função que passa a ser assegurada por **António Duarte da Silva**⁹. Este episódio dá, pois, um testemunho claro das cumplicidades que, num período marcado pela censura, tinham necessariamente de ligar os vários intervenientes na produção de um periódico oposicionista. A assunção da sua edição e até da sua impressão podia ser, e era muitas vezes, um “negócio” arriscado e que comprometia e marcava, perante a autoridade e o poder que a controlava, os que se dispunham a realizá-lo.

Ainda em relação aos assuntos ou matérias presentes n' *A Corja*, importa referir que, para lá do escarpelizar semanal do rei, dos políticos e respectivas políticas, a actividade teatral também mereceu alguma atenção, ainda que numa escala de relevância não comparável. Lisboa contava então com 10 salas, que apresentavam uma programação diferenciada que cativava os

⁶ Publicou-se entre 14/Jun/1896-20/Nov/1907.

⁷ Note-se que são observáveis pequenas diferenças no desenho dos caracteres, além de a edição se apresentar menos cor.

⁸ Leia-se o agradecimento que consta na segunda página do n.º 9.

⁹ Como se referiu em nota anterior, a n.º 4 não se encontrou informação alguma sobre este personagem, pelo que não é de descartar a possibilidade de ser fictício, isto é de se tratar de um pseudónimo.



BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

elogios da crítica e os aplausos do público, mas que muitos punham em causa quanto à qualidade, insistindo numa crise do teatro.

Retomam-se agora os aspectos de natureza comercial que ficaram em aberto no início deste verbete, para sublinhar a estratégia prosseguida pela publicação como resposta às dificuldades enfrentadas quer por força da perseguição movida pela censura, quer em resultado do número aparentemente reduzido de assinaturas que conseguiu angariar. No entanto, não pode daí extrair-se, directamente, insucesso da publicação. O público tinha certamente consciência de que uma publicação, provocadora e corrosiva como era *A Corja*, estava exposta ao arbítrio das autoridades e a qualquer momento findar definitivamente. Portanto, adquirir uma assinatura nestas condições não oferecia garantias. A compra avulsa também não, porque as edições poderiam esgotar-se, mas... o dinheiro ficava no bolso.

Como se referiu, *A Corja* anuncia no n.º 9, de 8 de Setembro, que «começará a aparecer em todas as quintas-feiras e domingos sendo ambos os jornaes impressos a cores e continuando a ser 10 réis o seu preço». A iniciativa sugere o interesse do público no jornal, e implicou certamente um esforço financeiro por parte da empresa, pois alguns dos que se comprometeram a comprar a assinatura não estavam a cumprir, como é explicitamente assumido num pequeno texto dirigido aos assinantes, presente na mesma edição. O mesmo se passa com os «agentes» comerciais. *A Corja* ameaça mesmo interromper o envio caso os valores em dívida não fossem saldados num determinado prazo. Não obstante a negligência dos leitores e dos agentes, nas três semanas seguintes *A Corja* editou-se, de facto, duas vezes por semana. Note-se, que em concordância, no cabeçalho em vez de «semanário» passou a figurar «periódico». Mas a aposta na expansão do jornal continua: ainda naquele mês de Setembro, no n.º 11, é anunciado que foi aberta subscrição para uma «tiragem em óptimo papel especial, edição de luxo», a contar do próximo número (12.º), com preço de capa de 20 réis; é pedido aos agentes que informem a administração sobre o número de exemplares que pretendem para que se possa «regular a tiragem». A informação constante em alguns dos números seguintes sugere que a edição especial se concretizou, mas na colecção da Hemeroteca não existe nenhum exemplar.

Pouco tempo depois, em Outubro, Leal da Câmara foi avisado por gente amiga de que a policia preparava a sua prisão e possível deportação. Não havia outra alternativa senão partir rapidamente para Madrid. Assim o fez, deixando para traz *a corja*, contra a qual não desistirá de lutar em terras espanholas. Leal da Câmara só regressará ao seu país depois de implantada a República, mas não ficará por muito tempo.

Rita Correia
(29/09/2010)

Bibliografia:

Grande enciclopédia portuguesa brasileira. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda., 1978.

FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa 1898. Estudo de Factos Socioculturais.* Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

SOUSA, Osvaldo Macedo de – *História da Arte da Caricatura em Portugal.* S.l.: Humorgrafe/S.E.C.S, 1998.